

Thiago Magalhães Pires

Curso de Direito Constitucional Estadual e Distrital

A organização dos
Estados e do Distrito
Federal no Brasil

Prefácio

Ministro Luís Roberto Barroso

Apresentação

Ana Paula de Barcellos

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2020

Copyright © 2020 by Thiago Magalhães Pires

Categoria: Direito Constitucional

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.

não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

P667c

Pires, Thiago Magalhães

Curso de direito constitucional estadual e distrital : a organização dos
Estados e do Distrito Federal no Brasil / Thiago Magalhães Pires. – Rio de
Janeiro : Lumen Juris, 2020.

380 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 333-356.

ISBN 978-65-5510-060-0

1. Direito constitucional. 2. Federalismo. 3. Distrito Federal. 4. Poder
constituente. 5. Unidades federativas. I. Título.

CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução.....	1
§ 1. Sobre o tema.....	1
§ 2. Plano da obra.....	2
§ 3. Algumas noções introdutórias.....	3
I. Federalismo, Estado federal e federação.....	3
II. Entes federativos: ente central e entes periféricos.....	4
Capítulo I – Constituição e poder constituinte no Estado federal.....	7
§ 1. Constituições complexas e direito constitucional multinível.....	7
§ 2. A prerrogativa de auto-organização.....	9
§ 2. O poder constituinte decorrente na Constituição de 1988.....	10
I. Natureza constitucional.....	10
II. Caráter subordinado.....	12
III. Níveis do direito constitucional na federação brasileira.....	13
IV. Organização multinível.....	15
V. Relações entre as ordens jurídicas de cada entidade.....	16
VI. Limites ao poder constituinte decorrente.....	18
VII. O conteúdo das constituições estaduais e das leis orgânicas distrital e locais.....	26
§ 3. O poder constituinte decorrente reformador ou de revisão.....	31
Capítulo II – História constitucional dos Estados: breves apontamentos.....	35
§ 1. Antecedentes: capitanias e províncias.....	35
I. Período colonial (1500-1822).....	35
II. Império do Brasil (1822-1889).....	40

§ 2. Os Estados no período republicano.....	44
I. República Velha (1889-1930).....	44
II. Era Vargas (1930-1945).....	47
III. Redemocratização (1945-1964)	50
IV. Ditadura Militar (1964-1985).....	51
V. Nova República (1985-)	51
Capítulo III Os Estados-membros: características gerais	53
§ 1. Estatalidade	53
I. Povo (<i>lato sensu</i>)	53
II. Poder político	54
III. Território	54
§ 2. Símbolos, nome e capital.....	56
§ 3. Subdivisões territoriais: Municípios e Territórios (ou Distritos) Estaduais	58
§ 4. Agrupamentos municipais: regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões	60
I. Definições.....	62
II. Regime constitucional.....	62
§ 5. Bens dos Estados	66
Capítulo IV – Alterações territoriais.....	69
§1. Fusão, incorporação, subdivisão, e desmembramento de Estados.....	69
I. Observações gerais.....	69
II. Procedimento	70
§ 2. Transformação de Territórios Federais em Estados.....	74
§ 3. Reintegração de um Território Federal a seu Estado de origem.....	74
§ 4. Transformação de Estados (ou parte deles) em Territórios Federais..	75
§ 5. Regras transitórias	76

I. Estado criado por subdivisão, desmembramento, ou transformação de Território.....	76
II. Regras transitórias: fusão de Estados.....	84
III. Regras transitórias: incorporação a um Estado	85
Capítulo V – Panorama das competências estaduais	87
§ 1. Competências legislativas.....	87
I. Domínio normativo dos Estados	87
II. Hierarquia das normas estaduais.....	89
§ 2. Competências políticas em sentido estrito.....	90
§ 3. Competências administrativas.....	91
§ 4. Competências jurisdicionais.....	92
Capítulo VI – O Poder Legislativo dos Estados.....	95
§ 1. Antecedentes.....	95
I. Período colonial.....	95
II. Período monárquico.....	96
III. Período republicano.....	98
§ 2. Estrutura	100
§ 3. A Assembleia Legislativa.....	101
I. Noções gerais	101
II. Composição	102
III. Organização e funcionamento	102
IV. Estatuto dos Deputados Estaduais.....	110
V. Competências.....	114
§ 4. O processo legislativo estadual.....	120
I. A importância do processo legislativo	120
II. As espécies normativas e seus procedimentos de elaboração.....	121
§ 5. Fiscalização e controle.....	133
I. O controle parlamentar	133
II. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária	135

Capítulo VII – O Poder Executivo dos Estados.....	143
§ 1. Antecedentes	143
I. Período colonial.....	143
II. Período monárquico.....	143
III. Período republicano.....	145
§ 2. Estrutura	146
§ 3. O Governador do Estado.....	147
I. Papel institucional.....	147
II. Investidura	147
III. Estatuto.....	148
IV. Competências.....	149
VI. Perda do cargo	151
VII. Sucessão e substituição	152
§ 4. O Vice-Governador do Estado.....	154
§ 5. Os Secretários de Estado	155
Capítulo VIII – O Poder Judiciário dos Estados	157
§ 1. Antecedentes	157
I. Período colonial.....	157
II. Império.....	160
III. Período republicano.....	162
§ 2. O federalismo e a organização do Poder Judiciário	165
§ 3. Organização e estrutura da Justiça dos Estados no Brasil	169
§ 4. Garantias do Poder Judiciário e dos magistrados estaduais.....	170
I. Garantias institucionais	171
II. Garantias funcionais	172
III. Regime funcional dos magistrados estaduais	174
§ 5. O Tribunal de Justiça.....	175
I. Composição	175

II. Estrutura	176
III. Competências.....	177
§ 6. Tribunais inferiores.....	180
I. Criação e extinção	180
II. Composição e competências	181
§ 7. Os Juízes de Direito e Substitutos	182
§ 8. Os Juizados Especiais	183
§ 9. A Justiça Militar Estadual	185
§ 10. As Varas Agrárias.....	186
§ 11. Os Juízes de Paz.....	187
§ 12. Os notários, os registradores e as serventias extrajudiciais	189
Capítulo IX – As funções essenciais à Justiça no plano estadual.....	191
§ 1. Ministério Público do Estado.....	191
I. A instituição e seus princípios.....	191
II. Garantias do Ministério Público e de seus membros	193
III. Regime funcional dos membros do Ministério Público Estadual	195
III. Atribuições.....	197
IV. O Ministério Público junto aos Tribunais de Contas	198
§ 2. Defensoria Pública do Estado.....	198
I. A instituição e seus princípios.....	198
II. Garantias da Defensoria Pública e de seus membros	199
III. Regime funcional dos Defensores Públicos.....	201
§ 3. Procuradoria-Geral do Estado	203
I. A instituição.....	203
II. Regime funcional dos Procuradores do Estado	205
§ 4. Advocacia	205
I. Disciplina constitucional da advocacia	205
II. A Ordem dos Advogados do Brasil.....	207

Capítulo X – A Administração Pública estadual.....	209
§ 1. A Administração Pública nas federações	209
I. Sistema imediato	209
II. Sistema mediato.....	211
§ 2. A Administração estadual no Brasil.....	215
I. Administração direta e indireta.....	216
II. Servidores públicos.....	218
III. Limites constitucionais aplicáveis à administração estadual.....	224
§ 3. Instituições estaduais de segurança pública.....	228
I. Polícia Civil	228
II. Polícia Militar.....	229
III. Polícia Penal Estadual.....	230
IV. Corpo de Bombeiros Militar.....	231
V. Regime jurídico dos militares estaduais.....	231
§ 4. Coordenação administrativa.....	236
I. Planejamento conjunto.....	236
II. Delegações e avocações.....	238
III. Compartilhamento de atividades	240
IV. Sobre a previsão do art. 23, parágrafo único, da Constituição de 1988.....	244
V. Uma reflexão: medidas unilaterais versus medidas consensuais ..	245
Capítulo XI – O Distrito Federal.....	249
§ 1. História constitucional.....	249
I. Da Corte à Constituição de 1946	249
II. Da construção de Brasília à Ditadura Militar.....	251
§ 2. O Distrito Federal como entidade política	252
I. A federação e a sede dos Poderes da União	252
II. Regime jurídico sui generis	254
III. Símbolos, nome e capital.....	255

IV. Subdivisões.....	255
V. Bens do Distrito Federal.....	256
VI. Alterações territoriais.....	256
§ 3. Panorama das competências distritais.....	257
I. A Lei Orgânica do Distrito Federal.....	257
II. Competências do Distrito Federal.....	257
§ 4. O Poder Legislativo do Distrito Federal.....	258
§ 5. O Poder Executivo do Distrito Federal.....	258
§ 6. A Defensoria Pública do Distrito Federal.....	259
§ 7. Instituições organizadas e mantidas pela União.....	260
§ 8. O Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF.....	261
XII – Os Territórios Federais.....	263
§ 1. História constitucional dos Territórios Federais.....	263
§ 2. Criação e desmembramento de Territórios.....	265
§ 3. Atual regime jurídico dos Territórios Federais.....	266
I. Natureza jurídica: autarquias territoriais federais.....	266
II. Organização básica.....	267
Capítulo XIII – Intervenção federal e estadual.....	271
§ 1. Estado federal e intervenção.....	271
I. Observações gerais.....	271
II. Excepcionalidade da intervenção.....	272
§ 2. Intervenção nos Estados e no Distrito Federal.....	274
I. Competência para intervir.....	274
II. Hipóteses de intervenção.....	274
III. Procedimento.....	283
§ 3. Intervenção nos Municípios.....	288

I. Competência para intervir	288
II. Hipóteses de intervenção	288
III. Procedimento.....	291
§ 4. A efetivação da intervenção federal ou estadual.....	293
I. Decreto de intervenção.....	293
II. O interventor	294
III. Responsabilidade pelos atos de intervenção.....	295
§ 5. Controle judicial.....	296
Capítulo XIV – Federalismo, receitas e despesas.....	299
§ 1. Autonomia financeira	299
§ 2. Sistema Tributário Nacional.....	301
I. Considerações gerais.....	301
II. As competências tributárias.....	302
III. Limitações constitucionais de natureza federativa.....	309
§ 3. Repartição das receitas tributárias.....	312
I. Transferências e equalização financeira.....	312
II. As transferências constitucionais no Brasil	313
§ 4. Distribuição dos encargos e despesas na federação brasileira	316
§ 5. Orçamento público	319
Capítulo XV – O controle judicial de constitucionalidade nos Estados e no Distrito Federal	321
§ 1. Introdução	321
§ 2. Controle de constitucionalidade no Distrito Federal	322
§ 3. Controle incidental de constitucionalidade nos Estados	323
§ 4. Controle abstrato de constitucionalidade nos Estados.....	324

I. Ação direta de inconstitucionalidade.....	325
II. Ação declaratória de constitucionalidade	329
III. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	330
IV. Arguição de descumprimento de preceito fundamental	330
V. Interação entre o controle pelo STF e o controle pelos Tribunais de Justiça.....	331
Referências bibliográficas.....	333